

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história. Mudou para você, mudou para

Criança na escola

Educação para todos

“Quando as crianças estiverem saindo do ensino fundamental e do ensino médio, conquistando o seu lugar no mercado de trabalho, é que veremos o benefício dessas leis.”

Rosane é funcionária do Núcleo de Planejamento Educacional da Secretaria de Educação do DF.

www.senado.gov.br/mudouparavoce2011

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.

SECS | SUPRES - Criação e Marketing



Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.484 – Brasília, segunda-feira, 11 de julho de 2011

Comissão quer votar amanhã relatório da LDO de 2012

Presidente da CMO convoca congressistas para reunião, de olho na obrigação de aprovar o projeto antes do recesso de julho

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Vital do Rêgo, convocou os parlamentares para um esforço concentrado na reunião de amanhã, a fim de votar o relatório do projeto de Lei de Diretrizes

Orçamentárias de 2012. Como determina a Constituição, o Congresso Nacional só pode entrar em recesso no meio do ano se já tiver votado a proposta. O presidente do Senado, José Sarney, também fez apelo aos congressistas. **3**



Para cumprir prazos, Vital do Rêgo (ao microfone, ao lado de Walter Pinheiro) agendou reuniões amanhã, quarta e quinta-feira

Reajuste da tabela do IR pode ser votado **3**

Ministra debate plano de combate à miséria **4**

Encarte do Interlegis destaca ensino a distância



Paulo Paim: destaque para campanha institucional e série sobre ciganos



Segundo Cristovam, “é preciso uma economia que erradique a pobreza”



Mozarildo nasceu na capital de Roraima, onde seu pai foi prefeito



Comunidade virtual oferece serviços e produtos de tecnologia, capacitação, informação e comunicação

Senador elogia trabalhos da Supres e da Rádio Senado **2**

Cristovam: economia verde não é suficiente **4**

Mozarildo celebra os 121 anos de Boa Vista **4**

Senador destaca produções da Secs, como a campanha O Congresso faz parte da sua história e a série de programas *O povo cigano no Brasil*

Paim elogia trabalhos realizados pela Supres e pela Rádio Senado

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) chamou a atenção do Plenário para a campanha informativa O Congresso faz parte da sua história, composta de vídeos e peças gráficas que retratam parte do trabalho desenvolvido pelo Senado e o Congresso. – As peças trazem o testemunho da população beneficiada pelas leis – disse.

O material, produzido pela Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres), retrata beneficiários de leis, além de profissionais e personalidades que contribuíram para o processo legislativo. A licença-maternidade de seis meses, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e os estatutos do Torcedor e da Igualdade Racial estão entre as leis abordadas.

A campanha foi criada e produzida no Senado, salientou. Não houve contratação de agência de publicidade nem gasto com veiculação, feita pelos veículos da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) – Rádio, TV, Agência e **Jornal do Senado** – e nos espaços físicos da Casa.

Ciganos

Paim também elogiou a Rádio Senado pela série de programas *O povo cigano no Brasil*. A equipe percorreu seis estados e produziu 12 programas de 30 minutos cada um. O projeto foi um dos vencedores do Prêmio Roquette-Pinto 2011, promovido pela Associação dos Rádios Públicas do Brasil (Arpub).



Paulo Paim mostra uma das peças da campanha feita pela Supres: criação, produção e veiculação próprias

Paulo Mohn é nomeado consultor-geral do Senado

O novo consultor-geral legislativo do Senado é Paulo Fernando Mohn e Souza, nomeado na quinta-feira pelo presidente José Sarney. Ele substitui Bruno Dantas Nascimento, que pediu dispensa do cargo, para assumir, em 10 de agosto, a representação da Casa no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Paulo Mohn é consultor na área de Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Processo Legislativo desde 2003. Graduado em Administração e em Direito, tem especialização em Direito Público e mestrado em Direito e Políticas Públicas.

Antes de ingressar no Senado, Mohn atuou como advogado, a partir de 1997. Na Casa, já foi secretário-geral-adjunto da Mesa, diretor da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento e assessor técnico da Secretaria-Geral da Mesa.

Nery sugere nova tiragem de revista sobre trabalho escravo

O ex-senador José Nery sugeriu quinta-feira, na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre trabalho escravo, a impressão de mais uma tiragem da revista *Em discussão!* que tratou do tema. Os 1.800 exemplares não foram suficientes, disse, para que todos os envolvidos com o assunto recebessem a publicação. A sugestão está sendo examinada pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs).

– É um instrumento pedagógico fundamental para alimentar a luta e o sonho de ver uma vez por todas extintas as formas de trabalho escravo – afirmou Nery referindo-se à revista.

Em discussão!, publicada pelo **Jornal do Senado**, consolida os debates realizados em audiências públicas. A revista pode ser lida em www.senado.gov.br/emdiscussao.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sem votações

14h A sessão não deliberativa destina-se a discursos de senadores e comunicados da Mesa.

Senado Ciclo de debates

9h No ciclo de debates Conhecendo o Senado, palestras de representantes do Interlegis e do ILB.

CDH Agências

9h O procurador-geral do Trabalho, Otávio Brito Lopes, o diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e o diretor-geral da ANP, Haroldo Borges Rodrigues Lima, entre outros convidados, participam de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o cumprimento do papel das agências reguladoras.

CCJ Indicações

15h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina as indicações de Marco Aurélio Bellizze Oliveira e Marco Aurélio Gastaldi Buzzi para o STJ. Também analisa recondução de Roberto Monteiro Gurgel ao cargo de procurador-geral da República.

Terça-feira

CI/CMA Luiz Antônio Pagot

9h Audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para ouvir o diretor-geral do Dnit, Luiz Antônio Pagot, sobre denúncias de superfaturamento de obras.

CAE Créditos externos

9h30 A Comissão de Assuntos Econômicos examina três mensagens que autorizam operação de crédito externo.

CAE/CAS Pobreza extrema

10h Audiência pública das comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais sobre o programa Brasil sem Miséria. Para o debate, foram convidadas a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e a secretária extraordinária para Superação da Extrema Pobreza, Ana Fonseca.

CCJ Rito das MPs

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota emendas à proposta que modifica o trâmite das medidas provisórias.

CE Eleição do vice

10h Eleição do vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para o biênio 2011/2012. Às 11h, votação de projeto que prevê a permanência de aluno na escola em caso de falta do professor. Outra proposta altera nome do programa Bolsa Família para Bolsa Escola.

CMA Dicas de consumo

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprecia projeto que obriga concessionárias de serviços públicos a imprimir em suas faturas orientações sobre racionalização do consumo de água, energia elétrica e gás.

CDR ZPE em Corumbá

14h Projeto que cria zona de processamento de exportação em Corumbá (MS) e proposta que concede prioridade nas políticas públicas habitacionais para quem perdeu imóvel devido a enchentes estão na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Drogas Embaixadora sueca

14h30 A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros vai discutir o tema "Experiências de organismos internacionais" com a embaixadora da Suécia, Annika Markovic.

CPI do Ecad Requerimentos

14h30 A Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad se reúne para votação de requerimentos.

Congresso Créditos da União

19h O Congresso deve votar crédito especial de R\$ 88,3 milhões para o Ministério da Educação e também crédito suplementar de R\$ 755 milhões para pagamento de reajuste do Bolsa Família.

Quarta-feira

CCT Faixa de 450 MHz

9h Licitação da faixa de radiofrequência de 450 MHz para cobertura telefônica e de internet às regiões rurais e menos habitadas é tema de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Foram convidados o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Maximiliano Salvadori Martinhão, e o presidente da Anatel, Ronaldo Sardenberg.

CAS Optometrista

9h Audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais para debater, com especialistas da área, a regulamentação da profissão de optometrista.

Missa Itamar Franco

12h O arcebispo emérito de Brasília, dom José Freire Falcão, celebra missa em homenagem ao senador e ex-presidente da República Itamar Franco, no Salão Negro do Palácio do Congresso.

Quinta-feira

Saúde Deficiências no SUS

9h30 Audiência pública da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde debate as deficiências no SUS. Entre os convidados, o presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Paulo Gadelha.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Paulo Paim

* Licenciados

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vídgal, Juliana Rebelo, Miquéias D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Reajuste das tabelas do IR na pauta do Plenário

A Medida Provisória (MP) 528/11 – que reajustou em 4,5% ao ano, até 2014, os valores da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) – está trancando a pauta do Senado. Primeiro item da ordem do dia, ela precisa ser votada até 7 de agosto, para que não perca a validade.

Conforme a MP, transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/11, a faixa de isenção do IR passou de R\$ 1.499,15 para R\$ 1.566,61 em 2011. O índice de correção de 4,5%, aplicado desde 2006, corresponde à meta de inflação estabelecida pelo governo e resultará numa renúncia fiscal de R\$ 9,3 bilhões durante todo o período, segundo o Executivo.

Uma das emendas incluídas pela Câmara permite a dedução da base de cálculo do IRPF com despesas relativas a planos de saúde pagos a empregados domésticos, limitado a um por declaração e a R\$ 500 anuais. Outra emenda fixou prazo mínimo de 30 dias para que contribuintes atendam às intimações da Receita Federal e apresentem documentos solicitados.

Os deputados incluíram ainda emendas sem relação com o tema da MP, como a que prorroga até 31 de dezembro de 2012 o prazo de concessão de gratificações para servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União. Esse assunto já havia entrado no parecer dado à MP 521/10, que perdeu a validade.

Outra emenda altera a legislação sobre planos de saúde privados. Com a alteração, o ressarcimento por uso dos serviços de hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser feito exclusivamente ao sistema e não mais às entidades que prestaram o serviço para o usuário. Uma quarta mudança na MP estendeu a todos os fabricantes de bebidas a obrigatoriedade de instalação de equipamentos contadores de produção para haver melhor controle fiscal.



Emenda permite deduzir na declaração plano de saúde pago para doméstica

Atualização de valores

Os novos valores mensais começaram a valer a partir de 1º de abril, já que a MP foi editada em março. Os valores anuais valem para as declarações que serão entregues em 2012. Com o reajuste de 4,5%, a tabela do IRPF para o ano-calendário de 2011 é a seguinte:

▶ ALÍQUOTA DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir do imposto
até R\$ 1.566,61	0%	isento
de R\$ 1.566,62 a R\$ 2.347,85	7,5%	R\$ 117,49
de R\$ 2.347,86 a R\$ 3.130,51	15%	R\$ 293,58
de R\$ 3.130,52 a R\$ 3.911,63	22,5%	R\$ 528,37
acima de R\$ 3.911,63	27,5%	R\$ 723,95

MP reajusta limites para despesas com dependentes, educação, aposentadoria e o desconto simplificado das declarações de ajuste anual. Os valores são:

▶ DESPESAS DEDUTÍVEIS				
Ano-calendário	Aposentadoria e pensão (mensal)	Dependentes (anual)	Educação (anual)	Desconto simplificado
2011	R\$ 1.566,61	R\$ 1.889,64	R\$ 2.958,23	R\$ 13.916,36
2012	R\$ 1.637,11	R\$ 1.974,72	R\$ 3.091,35	R\$ 14.542,60
2013	R\$ 1.710,78	R\$ 2.063,64	R\$ 3.230,46	R\$ 15.197,02
2014	R\$ 1.787,77	R\$ 2.156,52	R\$ 3.375,83	R\$ 15.880,89

CAE examina empréstimos internacionais amanhã

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa amanhã três mensagens solicitando autorização para operações de crédito junto a entidades internacionais. Duas delas beneficiam o estado do Rio de Janeiro. Um empréstimo, de até US\$ 112 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é destinado ao financiamento do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo. Outro, de até US\$ 485 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), financiará o Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável.

A terceira mensagem refere-se a autorização para São José dos Campos (SP) emprestar até US\$ 85,6 milhões junto ao BID para financiamento parcial do Programa de Estruturação Urbana.

Suécia explica como conseguiu controlar drogas

Como parte de um ciclo de debates, a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros ouve amanhã a embaixadora da Suécia, Annika Markovic.

A Suécia – que tem a mais

avançada legislação antidrogas do mundo e uma política integrada de combate à dependência química – conseguiu reduzir, desde os anos 1980, o índice de dependentes de sua população de 12% para apenas 2%.

Presidente da subcomissão,

Wellington Dias (PT-PI) explicou que o ciclo irá subsidiar a elaboração de uma proposta de política nacional de combate à dependência química que fundamenta a primeira Conferência Nacional sobre Políticas de Drogas do país, em agosto.

Senador convoca membros da CMO para reunião e lembra que projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 precisa ser votado antes do recesso parlamentar

Vital quer esforço concentrado para votar a LDO amanhã

O PRESIDENTE DA Comissão Mista de Orçamento (CMO), Vital do Rêgo (PMDB-PB), convidou os membros do colegiado a fazerem um esforço concentrado amanhã, a partir das 10h, para votar a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012.

O relatório da proposta orçamentária precisa ser aprovado pelo Plenário do Congresso Nacional até o dia 17, quando terá início o recesso parlamentar da instituição.

O senador ressaltou que a LDO é o marco regulamentar do Orçamento da União e, em sua avaliação, o Orçamento proposto está mais condizente com a realidade, apesar dos cortes orçamentários feitos pela presidente da República, Dilma Rousseff.

Para a quarta-feira, foram marcadas reuniões da CMO às 14h30, 18h, 20h e 22h. Na quinta-feira, a comissão deverá se reunir às 10h e às 14h.

O relatório foi lido na semana passada. O texto exclui dispositivo da LDO de 2012 que prevê a contratação de obras e serviços com valores unitários até 20% superiores à média do mercado.

Também será excluído do relatório dispositivo que autoriza alterações contratuais de obra ou serviço que impliquem acréscimos, reduções ou supressões,



Para Vital do Rêgo, LDO é marco regulamentar do Orçamento

desde que não ultrapassem 25% do valor inicial.

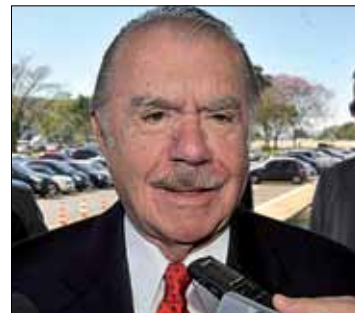
Essas eram duas das principais reivindicações dos partidos de oposição que vinham declarando obstrução à leitura do relatório, concluída ontem na CMO. As alterações foram anunciadas pelo relator, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG).

O relatório propõe ainda a criação de uma reserva de 1% da receita corrente líquida da União (R\$ 6 bilhões) para atender às emendas parlamentares. Também sugere a criação de reserva de 0,1% (R\$ 600 milhões) para garantir o atendimento de proposições oriundas do Congresso Nacional.

Sarney espera apoio para cumprir prazos

O presidente José Sarney afirmou, na sexta-feira, contar com o esforço dos parlamentares para votar, nesta semana, a LDO 2012. Antes de ser examinada pelo Plenário do Congresso, a proposta precisa ser aprovada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

– Todo nosso esforço será justamente para votar a LDO, porque sem ela nós não podemos nem entrar em recesso nem votar o Orçamento. A principal função do Parlamento é de votar o Orçamento, porque ele possibilita fiscalizar as contas públicas – assinalou o presidente da Casa.



Sarney: sem LDO, não há Orçamento

Pagot fala a duas comissões sobre escândalo no Dnit

O diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot, participa amanhã, às 9h, de audiência pública conjunta, promovida pelas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Pagot deverá prestar esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista *Veja*, na edição de 6 de julho. A reportagem revelou a existência de esquema de superfaturamento e recebimento de propina por funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à pasta, escândalo que levou à queda do ministro e senador licenciado Alfredo Nascimento.

O requerimento para ouvir Pagot é dos senadores Blairo Maggi (PR-MT) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).



Solenidade no Palácio do Planalto, em 2 de junho, marcou o lançamento pelo governo do programa Brasil sem Miséria

Senado debaterá programa para erradicação da pobreza

Duas comissões (CAS e CAE) se reúnem amanhã para ouvir a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e a secretária Ana Fonseca

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) promovem amanhã audiência pública para debater as políticas públicas do governo federal para combate à pobreza extrema. Em 2 de junho, a presidente Dilma Rousseff lançou o programa Brasil sem Miséria, com ações de inclusão social voltadas a 16,2 milhões de pessoas com renda de até R\$ 70 por mês.

O programa Brasil sem Miséria está sob a responsabilidade da

Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A secretária Ana Fonseca e a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, serão as convidadas da audiência pública, marcada para as 10h.

O programa, cuja meta é acabar em quatro anos com a pobreza extrema, tem três eixos principais: transferência de renda, inclusão social produtiva

e acesso aos serviços públicos. A população em pobreza extrema deverá receber acesso a água, luz, saúde, educação, segurança e moradia.

As diretrizes do programa a serem discutidas na audiência com os senadores foram, segundo o governo, definidas a partir de consultas à população e a entidades ligadas a movimentos sociais, entidades patronais, organizações não governamentais e lideranças religiosas.

“Economia verde não é suficiente”, diz Cristovam

Ao comentar debate realizado na quinta-feira pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20, Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a chamada economia verde é necessária, mas não suficiente. Para ele, a economia do futuro deve ter as cores do arco-íris: verde, do equilíbrio ecológico; vermelha, de atender os mais pobres; amarela, da inovação; azul, do bem-estar; e branca, da paz.

– Não basta ter uma economia que proteja o meio ambiente; é preciso uma economia que erradique a pobreza, que reduza distribuição de renda. Se protegermos o ambiente de maneira maravilhosa, com equilíbrio ecológico por meio da economia verde, apenas para poucos, essa economia não é boa. A economia, para ser boa, tem que ser para todos – acrescentou.

Depois de chamar a atual economia de marrom, porque “de-

preda, desemprega e endivida as pessoas para vender os produtos”, Cristovam citou a Finlândia como um modelo próximo do desejável para o século 21.

Há 30 anos, segundo o senador, a empresa finlandesa de celulares Nokia era exportadora de papel higiênico. Disse que, graças à ciência e à tecnologia, a empresa de papel higiênico passou a fabricar novos produtos. Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) apoiou o pronunciamento.

Paim quer garantir acesso à banda larga para todos

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a garantia de acesso facilitado a internet banda larga com qualidade para todos. Ele ressaltou que a questão deve ser tratada como parte dos direitos fundamentais, tendo em vista a importância da rede de computadores na atual sociedade da informação. Na internet, conforme lembrou, as pessoas podem dispor de amplos serviços, da educação ao lazer.

– Não temos como pensar em inclusão digital sem democratizar a internet, mas a exclusão ainda é grande, sobretudo nos estados do Norte e Nordeste – destacou.

Paim registrou que a Finlândia foi pioneira na criação de uma lei para garantir internet de alta velocidade para os seus cidadãos. Ele destacou o compromisso da presidente Dilma Rousseff de acelerar o Plano Nacional de Banda Larga, que está a cargo do Ministério das Comunicações.

Para isso, porém, Paulo Paim disse que o Estado tem que ultrapassar o papel de regulador das ações privadas e considerar também a necessidade de investir mais e pensar na diminuição de tributos nesses serviços.

Mozarildo comemora os 121 anos de Boa Vista



Dorivaldo Moura/Senado Federal

Boa Vista completou 121 anos no sábado e o discurso do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), na sexta-feira, foi em homenagem à capital de Roraima. Ele nasceu na cidade, onde trabalhou por 14 anos como médico, até entrar na vida pública – quando Roraima ainda era um

território federal.

O senador lembrou que a cidade teve origem em um povoado do século 19 que tinha o nome de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo. Também recordou que o primeiro prefeito da capital foi o bisavô de sua esposa e que seu próprio pai foi duas vezes prefeito. A cidade fez parte do estado do Amazonas até 1943, tornando-se capital de Roraima em 1944.

– Boa Vista foi o primeiro povoado caracteristicamente urbano de Roraima, que permaneceu como território federal por 45 anos [até 1988] – destacou.

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Para especialistas, economia verde é decisão política

Mais que alteração de práticas econômicas, é preciso mudança de comportamento para alcançar uma economia sustentável. Essa foi a posição dos especialistas ouvidos em audiência pública realizada pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20, na última quinta-feira, sobre o tema “Economia verde”. Presidida por Cristovam Buarque (PDT-DF), a audiência discutiu, entre outros temas, a imposição de alternativas energéticas e a necessária responsabilidade política diante da escassez de recursos.

Elisa Tonda, coordenadora regional para Eficiência do Uso de Recursos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), tratou da definição de economia verde. No ponto de vista da especialista, o termo deve ser entendido a partir de critérios como baixa emissão de carbono, uso eficiente de recursos e economia sustentável.

Ela defendeu um investimento de 2% do produto interno bruto (PIB) mundial para estimular a transição para um modelo econômico limpo, considerando que a decisão é eminentemente política. Foi mencionado o exemplo de Barbados, onde o chefe de governo tomou a decisão de transformar a economia do país numa economia verde, focando nos setores de turismo, agricultura e construção.

Maria Amélia Enriquez, presidente da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (Ecoeco), mostrou preocupação com o aumento da pressão sobre os recursos naturais causado pelo crescimento demográfico e pelo maior acesso das populações de países emergentes ao mercado de consumo. Reiterando a importância do investimento de 2% do PIB, afirmou que esses

recursos, se aplicados em novas tecnologias ecológicas, permitiriam um crescimento superior ao da chamada economia marrom.

Maria Amélia defendeu uma justiça distributiva, que não é viabilizada pela economia tradicional, e uma orientação política rumo a uma economia verde. Em sua opinião, fatos como o apagão de 2001, que acostumaram a população a economizar energia elétrica, mostram que é possível mudar os padrões de consumo. Ela também destacou a importância da mídia nesse processo.

Donald Sawyer, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), lamentou que desenvolvimento sustentável seja um termo “usado e abusado”, mas sublinhou que o sentido da expressão continua sendo útil. Para ele, falta respaldo para a economia verde, o que pode levar a falta de consenso nas conferências internacionais. Sawyer, que criticou o *greenwashing* (afetação de práticas ambientalmente corretas para fins de *marketing*), avalia que a economia verde não pode ser pontual e empresarial, mas pública, “no sentido amplo do termo”.

A ex-senadora Serys Slhessa-renko, embaixadora do Brasil para a Rio+20, que acompanhou a reunião, lembrou que o Brasil sempre tem sido convidado a cúpulas internacionais desde o início da crise de 2008 e assinalou que a erradicação da pobreza é um ponto essencial nas discussões ambientais.

A Rio+20, que acontecerá em junho de 2012, vai retomar, duas décadas mais tarde, os debates da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (Rio-92).



Elisa Tonda (E), senador Cristovam Buarque, Maria Amélia Enriquez e Donald Sawyer: 2% do PIB mundial para “limpar” economia

CE examina proibir dispensa de aluno por falta de professor

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examina amanhã, em decisão terminativa, projeto de lei da Câmara (PLC 43/10) que impede que os alunos da educação básica sejam dispensados em caso de falta do professor. Nessas circunstâncias, os alunos devem permanecer na instituição de ensino e receber atividades complementares, respeitadas a faixa etária e a grade curricular de cada série.

O relator, Aloisio Nunes (PSDB-SP), avalia em seu parecer favorável que “a tutela de

crianças e adolescentes matriculados na rede pública é responsabilidade direta dos respectivos estabelecimentos de ensino e do Estado brasileiro”.

Outro projeto (PLS 235/10) a ser examinado em caráter terminativo pela CE foi apresentado pela ex-senadora Fátima Cleide e inclui a formação dos profissionais da educação em nível médio e superior entre os objetivos dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), também apresentou parecer favorável à aprovação.